

Notas sobre o contínuo lexical no português amazônico: uma discussão preambular

Greize Alves da SILVA*
Romário Duarte SANCHES**

* Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (2018). Professora Associada I - UFT. Contato: greize_silva@uft.edu.br.

** Doutor em Letras (Estudos Linguísticos) pela Universidade Federal do Pará (2020). Professor Adjunto II - UNIFAP. Contato: romario.duarte@unifap.br

Resumo

Com base nas concepções de contínuo dialetal (Berruto, 2010; Trudgill; Hernández Campoy, 2007) e de contínuo de urbanização (Bortoni-Ricardo, 2004), propomos neste artigo o conceito de contínuo lexical a partir de dados do português falado nos estados do Amapá e Tocantins, ambos situados na região amazônica brasileira. Trata-se de uma proposta inicial que se fundamenta principalmente na nova classificação do IBGE entre áreas urbanas, rurais e de natureza. A partir dessa recategorização, que consideramos mais adequada para delimitar as variedades amazônicas, identificamos traços lexicais (contínuos e descontínuos) com base nos seguintes estudos: *Atlas Linguístico do Amapá* (Razky; Ribeiro; Sanches, 2017), *Mapeamento Lexical do Português falado pelos Wajãpi no Estado do Amapá* (Rodrigues, 2017), *Atlas Linguístico dos Karipuna do Amapá* (Sanches, 2020) e *Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Estado de Tocantins* (Silva, 2018). Especificamente, analisamos as designações para o mamífero marsupial conhecido como *gambá* (léxico difuso) ou como *mucura* (léxico focalizado).

Palavras-chave: Contínuo lexical; português amazônico; espaços da natureza; léxico difuso; léxico focalizado.

Abstract:

Based on the concepts of dialect continuum (Berruto, 2010; Trudgill; Hernández Campoy, 2007) and urbanization continuum (Bortoni-Ricardo, 2004), this article proposes the concept of lexical continuum based on data from the Portuguese spoken in the states of Amapá and Tocantins, both located in the Brazilian Amazon region. This is an initial proposal based mainly on the IBGE's new classification of urban, rural and nature areas. Based on this

recategorization, which we consider more appropriate for delimiting Amazonian varieties, we identified lexical traits (continuous and discontinuous) based on the following studies: *Linguistic Atlas of Amapá* (Razky, Ribeiro, Sanches, 2017), *Lexical Mapping of the Portuguese spoken by the Wajãpi in the State of Amapá* (Rodrigues, 2017), *Linguistic Atlas of the Karipuna of Amapá* (Sanches, 2020) and *Topodynamic and Topostatic Linguistic Atlas of the State of Tocantins* (Silva, 2018). Specifically, we analyzed the designations for the marsupial mammal known as *gambá* (diffuse lexicon) or as *mucura* (focused lexicon).

Keywords: Lexical continuum; Amazonian Portuguese; Spaces of nature; Diffuse lexicon; Focused lexicon.

Signum: Estudos da Linguagem, Londrina, v.27, n.3, p.32-49, dezembro. 2024
Recebido em: 28/06/2024
Aceito em: 03/12/2024

Notas sobre o contínuo lexical no português amazônico: uma discussão preambular

Greize Alves da Silva
Romário Duarte Sanches

INTRODUÇÃO

O Amapá e o Tocantins compreendem, juntamente com outras sete unidades federativas, a Amazônia Legal brasileira – uma macrorregião formada pelo Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Mato Grosso e Maranhão, com população de aproximadamente 30 milhões de pessoas, correspondendo a extensos 59% do território brasileiro (IBGE, 2013) –, partilhando com esses estados diversas características socioculturais e, porquanto, linguísticas. Um aspecto de relevo nessas semelhanças é que a amplitude territorial da Amazônia Legal agrega uma baixa densidade demográfica – apenas 5,5 habitantes por quilômetro quadrado, o que não significa, que as pesquisas de caráter linguístico da região sejam facilitadas. Os espaços pertencentes à Amazônia Legal compreendem a maior parte das etnias indígenas em solo brasileiro, uma infinidade de comunidades ribeirinhas, quilombolas, além de estabelecer fronteira com sete países sul-americanos. Ademais, historicamente, a região amazônica sempre acolheu fluxos migratórios internos, com levas de migrantes procedentes de outras regiões brasileiras, comumente atreladas a alguma atividade econômica específica (a borracha, a mineração) e aos incentivos governamentais para povoamento e exploração da Amazônia.

Ainda, mais recentemente, tem-se vivenciado um novo marco procedente dos deslocamentos transnacionais, principalmente os venezuelanos, colombianos e haitianos. Com efeito, trabalhos de descrição linguística, por exemplo, nessas localidades, englobam diferentes aspectos das línguas em contato, sendo: o português e línguas indígenas, línguas afro-brasileiras, línguas de imigração (haitianos, venezuelanos), línguas cooficiais (nheengatu, baniwa e tukano, akwê xerente), contatos linguísticos de fronteira (com os países vizinhos), contatos intervaretales do português (entre falantes de variedades regionais do português) (Altenhofen, 2013). As mesclas históricas e étnicas se traduzem em uma realidade complexa do ponto de vista analítico-descritivo, quando o pesquisador observa as dinâmicas linguísticas sobre diferentes prismas, sejam eles do ponto de vista fonético, lexical, morfossintático, pragmático ou discursivo.

No caso dos estados constituídos mais recentemente – como o Amapá e o Tocantins –, essas questões carecem de investigações aprofundadas. O Tocantins é marcado pela heterogeneidade cultural, fruto da colonização, de sua localização geográfica e das intensas migrações ocorridas ao longo dos séculos. A construção de sua identidade linguística e cultural tem suas raízes na edificação e na invenção de um território (Brito, 2000). Em diferentes momentos, foi circunscrito pela presença indígena, africana e de mineiros em busca do ouro, fatores esses que descrevem a cultura tocantinense como híbrida, “resultado de associações étnicas e de universos culturais produzidos historicamente em contextos econômicos e conjunturas políticas diferenciados” (Cavalcante; Kimura, 2008, p. 97). A composição sociocultural tocantinense é fator que organiza as características linguísticas do estado no contexto da Amazônia Legal, tanto quanto ocorre em outros, mas resultando em traços singulares.

Já no Amapá, o processo de formação do território compartilha semelhanças com outros estados da Amazônia Legal, especialmente no que diz respeito às interações entre diversas etnias

indígenas e comunidades tradicionais com migrantes. Além disso, a influência significativa de elementos alóctones é evidente, com atividades econômicas impulsionando a migração, principalmente oriunda do Pará e do Maranhão. Para Nunes Filho (2009), as invasões e disputas pelo território amapaense são características comuns das raízes da formação amazônica e modulam os aspectos linguísticos da região. Em suma, os traços linguísticos do Amapá e do Tocantins se inserem em um âmbito macro (da macrorregião a que pertencem), tanto pelo histórico, quanto pelo cultural; simultaneamente, suas particularidades demarcam a composição linguística de cada um. São semelhanças e diferenças que caracterizam a formação dialetal brasileira, sendo, portanto, de relevante estudo para que se possa traçar as características do português do Brasil. Em vista do exposto, este artigo se propõe a investigar as denominações amapaenses e tocantinenses para o mamífero marsupial da família *Didelphidae*, denominado ‘gambá’ ou ‘mucura’, encontrado principalmente nas Américas e conhecido por liberar um líquido de cheiro forte quando se sente ameaçado. O estudo de denominações de elementos naturais, tais quais os animais da fauna local (como o gambá), permitem a compreensão da base em que as características linguísticas de um determinado território se organizam, razão pela qual se elegeu a nomenclatura supracitada.

Partimos da hipótese de que, nas localidades nortistas, amazônicas, por sua história de formação e dispersão populacional (dentro de um vasto território), o Tocantins e o Amapá apresentam características de um português com tendência mais rurbana – ou seja, aquela que combina tanto variantes com propensão mais rural quanto formas dialetais mais típicas da zona urbana, tendendo à hibridização linguística. Será, aqui, trabalhada a noção de contínuo, ou seja, da gradiência linguística, mais especificamente a lexical, cujas variantes oscilam paulatinamente, indo das formas mais graduais (traços comuns) para a outra ponta do espectro, os traços descontínuos, locais. Estudos como esse oferecem uma discussão inicial sobre as tendências identificadas com base na recente proposta do IBGE, que inclui, além das categorias urbano e rural, a proposição de espaços da natureza, sendo essa uma das justificativas para o presente empreendimento. Advertimos, ainda, que a escolha do Tocantins e do Amapá para compor o *corpus* analítico baseia-se na historicidade, uma vez que esses são estados considerados jovens, de recente fundação. Portanto, no próximo tópico, serão elencados alguns elementos históricos que cerceiam a Amazônia Legal, o Tocantins e o Amapá no quesito da migração que amplia o contato linguístico na região – aspecto crucial para o delineamento da variação inter e intravarietal.

1 MIGRAÇÃO E CONTATO LINGUÍSTICO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Em termo gerais, no Brasil, existe uma espécie de ‘cultura migratória’, resultante da percepção de que a inflexibilidade social é tão grande que para se alcançar uma vida melhor e mais digna, deve-se migrar, ou melhor ainda, só era possível através da migração, do sair de seu local de origem e tentar a vida em outro contexto socioespacial (Brito, 2000, p. 19). É a projeção de sair de um nada absoluto para, pelo menos, buscar uma possibilidade de melhoria de vida, mesmo que seja mínima. Ademais, as correntes migratórias fazem parte da história e da cultura brasileira em distintos recortes temporais e são motivadas por diferentes objetivos por parte de quem se desloca, sejam sociais, econômicos, culturais, políticos, ambientais, todos eles atrelados a um denominador comum: oportunidades não oferecidas no espaço original. Nesse indicativo, as migrações transcendem os aspectos exclusivamente geográficos e não se limitam a escolhas individuais; são, fundamentalmente, movimentos sociais em que grupos se deslocam para uma nova realidade, carregando consigo suas crenças, valores, cultura e idioma. Especificamente no contexto amazônico, foco do presente estudo, até a década de 1980, a região passou por três grandes fases de ocupação demográfica e econômica (Brasil, 1997).

A primeira consistiu na própria entrada do território por parte dos portugueses que, na perspectiva de defendê-lo do elemento estrangeiro, estabeleceram um assentamento parcial e disperso ao longo dos muitos rios da região (Brasil, 1997). A segunda fase (período imperial

brasileiro) teve um caráter mais extrativista, cuja região serviu como base econômica para a coleta de espécies da fauna e da flora, o chamado ciclo “das drogas do sertão” (Brasil, 1997, p. 61). Ainda nesta fase, entre 1879 e 1920, iniciou-se o primeiro Ciclo da Borracha e, depois, outras atividades extrativas (como, por exemplo, a castanha), levando muitos nordestinos, oriundos das regiões mais pobres do país, em busca de melhores condições de sobrevivência. Foi neste segundo período que cidades como Manaus (Amazonas) e Belém (Pará) alcançaram grande crescimento econômico (Brasil, 1997). A terceira fase diz respeito a intervenção do Governo brasileiro para povoamento e desenvolvimento amazônico, a partir da década de 1960, com diferentes programas, como por exemplo, o “Programa de Integração Nacional”¹ (Brasil, 1997); a partir disso, o cenário demográfico muda drasticamente, com aumento vertiginoso da população que passou de “1,9 milhão, em 1960, para quase 6 milhões de habitantes, em 1980” (Brasil, 1997, p. 62).

As frentes migratórias eram predominantemente de nordestinos e sulistas, sendo os primeiros os representantes de expressivos 35,4% do total geral na década de 1970, sendo o estado do Pará o maior destinatário dos fluxos nordestinos (55%), seguida do Mato Grosso e de Rondônia, estados abrangidos pela política pública de incentivo ao uso desses espaços territoriais (Jakob, 2015, p. 251). Dos estados pertencentes à região Nordeste, que mais enviaram migrantes, destaca-se Maranhão (58%), Ceará (18%) e Bahia (11%) (Brasil, 1997, p. 67)². De modo recente, a região amazônica tem vivenciado uma nova etapa deslocacional com a entrada dos migrantes transfronteiriços, saídos de seus países de origem em decorrências de crises econômicas, políticas e humanitárias. Os estados nortistas têm sido a porta de entrada desses migrantes, por meio das cidades-gêmeas, como por exemplo, o ingresso dos venezuelanos por Pacaraima (RR) ou dos colombianos por Tabatinga (AM). Importante destacar que o Norte abriga nove cidades-gêmeas com os países vizinhos, envolvendo, pelo menos, cinco estados e possuem diferentes identidades, cuja fronteira pode ser articulada de forma seca, ou seja, sem barreira hidrográfica, ou é demarcada por barreira fluvial com ponte³.

Especificamente sobre as duas unidades federativas aqui selecionados para análise – Amapá e Tocantins –, apenas a primeira estabelece fronteiras com outros países, Suriname e Guiana Francesa – esta última faz fronteira com Oiapoque (AP), considerada a cidade mais setentrional do país e há entre ambas as cidades uma dinâmica de cooperação e interdependência, compartilhando recursos, infraestrutura e relações econômicas, não sendo muito intenso a entrada de migrantes guineenses por essa via. Em relação ao Tocantins, sua localização no centro do Brasil desfavorece a entrada ou a fixação de migrantes transfronteiriços, no entanto, facilitou historicamente (e ainda favorece) a presença marcante de frentes migratórias interestaduais, sobretudo dos estados circunvizinhos: Maranhão, Goiás e Pará, e dos deslocamentos populacionais dentro de seu próprio território, principalmente ao longo da BR-153 que corta do estado em sentido sul/norte (Silva; Borges, 2019). Criado em 05 de outubro de 1988, é considerado o mais recente estado da Federação brasileira. Seu desmembramento de Goiás ocorreu, sobretudo, por forças políticas, articuladas por movimentos separatistas providos no território.

As distâncias e as disseminações típicas do sertão fizeram com que as populações tocaninenses desenvolvessem características culturais diversificadas, sobretudo relacionadas às

¹ Trata-se de uma iniciativa do governo, cujo objetivo principal era promover o desenvolvimento econômico e social das regiões consideradas mais remotas e menos desenvolvidas do país, especialmente na Amazônia Legal e no Nordeste.

² Ainda nesta década (1970), a região Centro-Oeste também foi responsável por importante fluxo migratório para o espaço amazônico, 21%, sobretudo os procedentes de Goiás. Já o Sudeste representou 14% da taxa migratória. Na década seguinte, 1980, o número de migrantes que adentraram os espaços amazônicos foi de 850 mil para 1,3 milhão de pessoas, sendo ainda o Pará o estado que mais recebeu migrantes (55%). No entanto, adentram este cenário os estados de Roraima (29%) e Tocantins (18%) como também captadores desses núcleos, sendo o Tocantins a última unidade federativa criada, após a Constituição de 1988, a partir do desmembramento do território goiano (região Centro-Oeste), despertando o interesse migratório, em busca de terras ou de empregos públicos no recém-criado estado.

³ Jakob (2015) destaca que em dados obtidos pelos censos de 2005-2010, a Bolívia foi o país que mais enviou migrantes à Amazônia Legal (16%), seguida do Peru (15,4%). No entanto, ao observar o fluxo migratório internacional nas últimas décadas, especificamente entre 2011 e 2020, os maiores movimentos vieram da Venezuela, Haiti, Bolívia e Colômbia e o número de refugiados reconhecidos anualmente no país aumentou de 86, em 2011, para 26,5 mil em 2020 (Número [...], 2021).

festividades religiosas e ao culto aos santos padroeiros, uma vez que, na “convivência vicinal e que se circunscrevia aos vaqueiros da mesma área, o que prevalecia era o isolamento dos núcleos sertanejos, cada qual estruturado autarquicamente e voltado sobre si mesmo, na imensidade dos sertões” (Ribeiro, 1995, p. 343). Brasil (1997) destaca que nas décadas de 1970 e 1980, quase 70% do fluxo migratório para o espaço tocantinense foi realizado por nordestinos, principalmente os maranhenses⁴.

Pensando no segundo produtor do *corpus* analítico desta pesquisa, o Amapá foi um dos últimos estados brasileiros que teve sua incorporação legal tardia; criado em 1943, era considerado território do Pará até 1988, quando alcançou o status de estado federativo autônomo. De acordo com os dados IBGE (2023), o estado possui 774.268 habitantes, distribuídos em 16 municípios. O território amapaense é de 142.828,521 km², sendo delimitado pelo estado do Pará, a oeste e sul; pela Guiana Francesa ao norte; pelo Oceano Atlântico a leste; e pelo Suriname a noroeste. No período colonial, em decorrência das invasões e disputas de terras, Portugal iniciou (no século XVIII) a construção de fortins, fortes e fortalezas com objetivo de ocupar a região em vários pontos onde se situa hoje o estado do Amapá. Nunes Filho (2009) acrescenta que para iniciar o processo de povoamento e de fortificação em terras do Cabo Norte, foram necessários homens para mão de obra e para ocupar o território.

Foi assim que o então Governador Mendonça Furtado trouxe para região algumas famílias (colonos) das ilhas de Açores, com o objetivo de iniciar uma pequena povoação e construir barracos para servirem de alojamento aos soldados que resguardavam o local. Passado o período colonial, outro fator que impulsionou o reconhecimento do Amapá, foi a sua legitimação como território federal, a partir das disputas territoriais e diplomáticas (em especial pela disputa de ouro existente na região) entre França e Brasil. Com o passar dos anos, o Amapá passou por outra transformação, em 1988, por meio da Constituição brasileira, promulgada naquela época, foi elevado à condição de estado. Segundo Andrade (2005), essa transformação possibilitou que novas oportunidades de trabalho fossem ofertadas, principalmente na construção civil, o que influenciou o processo migratório para o estado. O autor ainda destaca que em 1990 a dinâmica migratória veio se consolidando de forma expressiva, pois o Amapá recebeu cerca de 42.000 pessoas de outras unidades da federação, sendo que 58% (31.009) vieram do estado do Pará e 13,98% (5.973) do Maranhão. Anterior a este período, devido ao incentivo do governo amapaense aos agricultores já instalados, centenas de famílias oriundas de outros estados, chegaram ao Amapá, aumentando o fluxo migratório⁵.

Ao observar as dinâmicas migratórias e linguísticas na Amazônia Legal, é possível identificar um paralelo significativo entre esses fenômenos. A migração, motivada pela busca de melhores oportunidades e condições de vida, reflete a necessidade de sair de um ambiente para encontrar novas possibilidades em diferentes contextos socioespaciais. Esse movimento, além de transformar as regiões de destino, também leva consigo elementos culturais e linguísticos, enriquecendo a diversidade local. No contexto amazônico, por exemplo, a migração contribuiu para o desenvolvimento econômico e social, enquanto simultaneamente introduziu novas formas de expressão e comunicação, moldando um cenário linguístico plural e dinâmico.

2 O CONTÍNUO DIALETAL E DE URBANIZAÇÃO EM VARIEDADES DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

⁴ Nas décadas seguintes, entre 2005 e 2010, o Centro-Oeste foi a região que mais enviou migrantes ao Tocantins (17,6%), sobretudo os procedentes de Goiás (12,1%). O Nordeste brasileiro representou, nos Censos, 13% do fluxo migratório, principalmente o estado do Maranhão (7,3%). As migrações intrarregionais, ou seja, originadas da mesma região, no caso do Norte, constituíram 12,1%, tendo o Pará (8,7%) como centro irradiador. O Sudeste e o Sul contribuíram com apenas 2,1 e 1,2%, respectivamente (Ramalho; Figueiredo; Silva Netto Júnior, 2016, p. 74). Como se pode notar, os maiores estados emissários de migrantes ao Tocantins são os que estabelecem fronteira: Goiás, Maranhão e Pará.

⁵ Esse grande fluxo ocorreu por diversos fatores, tais como a “instalação da ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios S/A), [...], a exploração de ouro [...], à criação da ALCMS (Área de Livre Comércio Macapá e Santana) e às ações do governo federal, que impulsionaram obras de infraestrutura social e econômica (Andrade, 2005, p. 94).

No âmbito dos estudos dialetais, a paisagem varietal é frequentemente vista como um contínuo de variedades linguísticas que vão se sobrepondo, ora de forma constante, ora de forma fragmentada, descontinuada. Nessa perspectiva, Berruto (2010) destaca que entre variedades de localidades próximas, pertencentes a uma mesma área linguística, encontram-se poucos traços linguísticos distintos ou descontínuos. De modo contrário, à medida que essas localidades vão se distanciando, há uma maior diferença varietal registrada nas extremidades do contínuo. O conceito de contínuo dialetal tem sido compreendido com base em duas dimensões: a geográfica e a social (Trudgill; Hernández Compoy, 2007). A primeira refere-se à situação comum na qual os dialetos geograficamente próximos – especialmente aqueles rurais tradicionais – se distinguem uns dos outros minimamente, embora suas diferenças sejam cumulativas, isto é, aumentem de acordo com a distância geográfica entre eles. Todos os dialetos são inteligíveis para os falantes dos dialetos próximos, por isso quanto maior é a distância entre eles, maiores serão as dificuldades de compreensão mútua. Se uma área geográfica for suficientemente extensa, é possível que os dialetos situados em seus extremos não sejam mutuamente inteligíveis. No entanto, eles estarão conectados por uma cadeia de inteligibilidade mútua através de variedades intermediárias (Trudgill; Hernández, Campoy, 2007).

Os autores, ressaltam que na cadeia do contínuo dialetal não há um corte completo que torne os dialetos contíguos mutuamente incompreensíveis, uma vez que os dialetos geográficos (regionais) não são entidades discretas, e as fronteiras dialetais não existem como áreas definidas, a não ser como áreas de transição dentro de um contínuo linguístico, como as cores do arco-íris que gradativamente se transformam, de uma para a outra. Assim como existem os contínuos dialetais geográficos, há também os contínuos dialetais sociais, em que os socioletos ou dialetos variam conforme sua localização, mais alta ou mais baixa, dentro da escala social. Desse modo, embora sendo da mesma região geográfica, partilhando características linguísticas comuns, a língua de um falante ou de um grupo de falantes pode variar em relação a de outros grupos dentro de uma mesma comunidade. Essas diferenças ou semelhanças linguísticas entre os grupos sociais podem estar condicionadas aos fatores sociodemográficos como classe socioeconômica, sexo, idade, etnia, religião, grau de letramento etc. No entanto, elas são sempre graduais, cumulativas e nunca discretas (Bagno, 2017, p. 63).

No contexto brasileiro, observa-se que a pesquisa sociolinguística, empreendida desde a segunda metade do século XX, tem demonstrado que o principal fator de diferenciação entre os socioletos é o nível de instrução formal, ou seja, o acesso à escolarização e à cultura letrada. Confirmando essa argumentação, Bortoni-Ricardo (2004) apresenta o conceito de contínuo de urbanização, cujo falantes de português brasileiro podem ser situados conforme sua localização geográfica e suas práticas de letramento. Assim, em uma das extremidades do espectro estariam os falares rurais e na outra os falares urbanos, e entre as duas extremidades estariam os traços denominados de português rurbano. Em um dos polos do contínuo, estão as variedades rurais usadas pelas comunidades geograficamente mais isoladas. No polo oposto, residem as variedades urbanas que receberam a maior influência dos processos de padronização da língua como a imprensa, as obras literárias e, principalmente, a escola. No âmbito dessas instituições, são usados preferencialmente estilos monitorados da língua tanto na modalidade escrita quanto na modalidade oral. No espaço entre os dois polos fica uma zona rurbana.

Já os grupos rurbanos, conforme Bortoni-Ricardo (2004), são formados no âmbito das comunidades, normalmente interioranas, onde existe uma mescla de modos de vida, cultura e economia ligados ao ambiente rural e ao citadino. Comumente, esses falantes preservam muito de seus antecedentes culturais rurais, principalmente no seu repertório linguístico, mas também fazem uso de formas mais graduais, submetidas por meio da influência urbana, seja pela mídia, seja pela absorção de tecnologia agropecuária. A autora afirma que se tomarmos o contínuo de urbanização como uma metodologia para análise, podemos situar qualquer falante do português brasileiro em

um determinado ponto desse contínuo, levando em conta a região onde ele nasceu e vive. Para ela, o contínuo de urbanização mostra que não existem fronteiras rígidas que separam os falares rurais, rurbanos ou urbanos. As fronteiras são fluidas e há muita sobreposição entre esses tipos de falares –por isso é que se fala de um contínuo. A fala em comunidades rurais isoladas pode ser considerada como uma forma altamente focalizada de vernáculo rural, que contém virtualmente o conjunto completo de traços não padrão que definem uma distinção abrupta entre variedades rurais e urbanas, bem como uma alta incidência de traços difusos do português popular.

Na medida em que falantes dos vernáculos rurais entram em contato direto ou indireto com a língua padrão, escrita ou oral, seu dialeto tende a tornar-se mais difuso, isto é, a ocorrência de traços rurais típicos diminui e algumas regras não padrão de seu repertório, antes quase categóricas, tenderão a se tornarem regras variáveis. A difusão não é vista necessariamente como uma assimilação ao português padrão, mas sim como um distanciamento dos dialetos rurais estigmatizados. Esse fato pode ocorrer pela necessidade de o falante querer ser aceito em sua nova realidade cotidiana e, por isso, ele tende a adotar padrões de fala mais próximos dos utilizados naquele novo ambiente.

A partir dos postulados de Bortoni-Ricardo (2004), buscamos complementar a proposta de contínuo de urbanização apresentando uma nova proposição do que a autora chama de rural-rurbano-urbano. Para isso, se assume a atual proposta do IBGE (2023) que classifica os espaços territoriais do Brasil em rural, urbano e de natureza. Houve, neste sentido, a inclusão da categoria ‘natureza’, para dar conta dos espaços naturais (florestas, mangues, rios) que não poderiam ficar relegados ao universo rural, aprimorando-se, assim, a capacidade de se fazer uma leitura detalhada do território na tarefa de delimitar o rural e o urbano no Brasil (IBGE, 2023, p. 63).

Relativo ao ‘espaço urbano’, o Instituto fez uso, sobretudo, da classificação proposta por Sposito (2006), em que se devem observar três critérios para se interpretar o que é citadino: i) a dinâmica demográfica, ii) a diferenciação social e a iii) unidade espacial da urbanização. Assim, entende-se o urbano como: “Áreas com altas densidades de população, construções e arruamentos onde a paisagem é intensamente alterada. Predominantemente, as pessoas estão ocupadas em atividades secundárias e terciárias” (IBGE, 2023, p. 64). Já para se definir o ‘espaço rural’, foram considerados critérios como a dispersão populacional no território, a influência dos meios naturais, as ocupações laborais, chegando-se a essa proposição: “áreas de baixa densidade populacional caracterizadas, em geral, pela alteração da paisagem devido a atividades antrópicas ligadas à produção agropecuária [...]. Ademais, em sua composição tecido rural pode conter pequenos núcleos urbanizados e/ou fragmentos naturais” (IBGE, 2023, p. 72). Por último, a terceira categoria espacial proposta, a dos ‘espaços da natureza’, engloba as áreas onde prevalecem os processos naturais; abarcam a ação humana, desde que essa atuação esteja envolta e em consonância com o espaço.

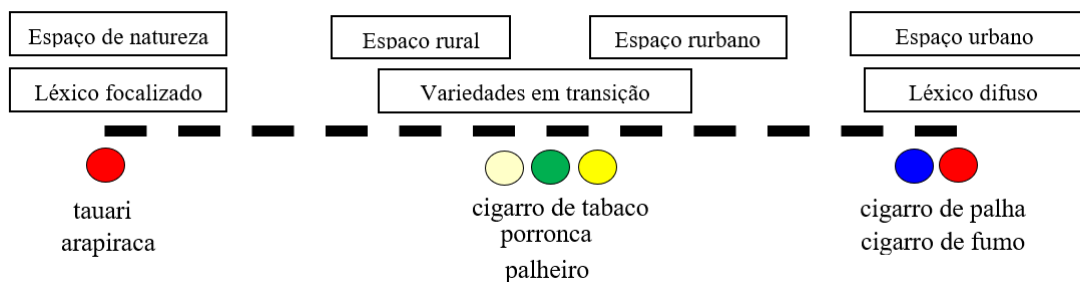
Assim, compreende-se espaço da natureza como sendo: “Áreas onde prevalecem os processos naturais que dão forma à paisagem. Quando há ação humana, esta ocorre de modo disperso, conforme os significados atribuídos pelos atores envolvidos, garantindo relativa estabilidade dos fatores bióticos e abióticos” (IBGE, 2023, p. 79). A partir dessa terceira categoria, entende-se que analisar as variedades do português falado na Amazônia apenas sob as lentes do urbano ou rural é inviável. No espaço amazônico, há falares de comunidades tradicionais, como as etnias indígenas, situadas em áreas de natureza e, portanto, seria inadequado incluir esses falares na categoria ‘rural’. Nossa proposta incide na classificação entre falantes que estão inseridos em espaços de natureza-rural-rurbano-urbano. Com isso, observa-se que dentro do contínuo de urbanização podem estar, em uma das extremidades, os traços de variedades indígenas localizados no espaço de natureza, e na outra extremidade podem estar os traços de variedades urbanas padronizadas, localizados no espaço urbano. Entre essas duas extremidades estão os traços de variedades rurais e rurbanas localizados no espaço rural e rurbanos.

Desse modo, retomando o conceito de contínuo dialetal, elaboramos o conceito de contínuo lexical – que diz respeito ao conjunto de traços lexicais difusos ou focalizados que se propagam no espaço geográfico sob influência de fatores históricos, sociais, políticos, migratórios, étnicos, midiáticos e ecossistêmicos (das interações entre o homem e os elementos da natureza). O contínuo lexical é categorizado tendo em vista a formação de espectros de variação que podem mudar de acordo com as categorias da língua de natureza fonética, morfossintática ou discursiva. Em uma das extremidades desse contínuo podemos encontrar os traços lexicais difusos, isto é, variantes lexicais que recobrem de forma sistemática uma área geográfica, coexistindo em mais de uma comunidade de fala ou grupos sociais com variedades linguísticas distintas. Na outra extremidade, estão os traços lexicais focalizados, isto é, variantes lexicais de uso linguístico mais restrito quando comparadas às variantes lexicais difusas. Normalmente, o léxico focalizado é identificado como uma variante não-padrão, não dicionarizada ou como entrada-variante em manuais lexicográficos; já o léxico difuso é compreendido como variante padrão, isto é, um item lexical de prestígio social amplamente ensinado e difundido nas instituições que perpetuam a cultura letrada.

Em geral, o léxico focalizado tem sido encontrado em comunidades tradicionais ou em áreas consideradas rurais e de difícil acesso às zonas urbanas, enquanto léxico difuso tem sido evidenciado de forma frequente nas cidades urbanas e menos frequente nos espaços rurais ou de natureza, a partir do processo de escolarização e acesso às diferentes mídias digitais. A exemplo desse modelo de contínuo, tem-se os dados sobre as denominações para ‘cigarro de palha’ nas capitais brasileiras, contidos no *Projeto Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB). O mapeamento mostra as denominações dadas pelos brasileiros ao cigarro que as pessoas faziam antigamente enrolado à mão. Na carta L16, percebe-se o uso de variantes lexicais difusas, isto é, há um certo espraiamento geográfico de lexias concorrendo em outras regiões do Brasil, como as variantes lexicais ‘cigarro de palha’ e ‘cigarro de fumo’, com maior distribuição no Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e uma menor concentração no Norte. Observam-se, também, as variantes ‘porronca’ e ‘palheiro’, a primeira destacando-se na região Norte e a segunda, nas regiões Centro-Oeste e Sul. Os dados coletados nas capitais brasileiras pela equipe ALiB mostram que não houve menção às variantes ‘*tauari*’ e ‘*arapiraca*’, por ora chamadas de focalizadas. A primeira foi registrada no português falado por indígenas Karipuna do Amapá (Sanches, 2020) e a segunda, no português falado por indígenas Wajãpi do Amapari (Rodrigues, 2017), ambas etnias localizadas no estado do Amapá. O uso de ‘*tauari*’ e ‘*arapiraca*’, por indígenas de etnias distintas, está condicionado às interações constantes que esses indígenas têm com o ecossistema em que vivem. Sanches (2021), por exemplo, comenta que *tauari* é uma espécie de árvore nativa da região da qual os indígenas Karipuna costumam retirar a periderme para enrolar o tabaco, daí o nome ‘cigarro de *tauari*’.

Assim, podemos sintetizar o conceito de contínuo lexical, para este item em específico, a partir do esquema a seguir, Figura 1:

Figura 1 - Contínuo lexical para cigarro de palha



Fonte: Elaboração dos autores (2024).

Na extremidade à esquerda do contínuo estão os léxicos focalizados (*'tauari'* e *'arapiraca'*), encontrados em comunidades indígenas, dificilmente encontrados em dicionários do português e utilizados em espaços urbanos. Na outra extremidade, à direita, estão os léxicos pertencentes ao português padrão, usualmente encontrados na zona urbana do Brasil, dicionarizados e difundidos como variante padrão⁶. Por fim, *'cigarro de tabaco'*, *'porronca'* e *'palheiro'* encontram-se em processo de transição: estão na zona intermediária, entre os espaços rurais e urbanos. Essas variantes são difundidas parcialmente, podendo ser identificadas em manuais lexicográficos, tratadas como entradas-variantes, atreladas à variante padrão *'cigarro de palha'*. Há outros itens lexicais que também apresentam o mesmo comportamento lexical, como as denominações para *'riacho'*/*'córrego'* (Razky; Sanches, 2016) e *'fanhoso'* (Sanches; Razky, 2021). Essas evidências permitem levantar a hipótese de que as cidades da região Norte (capitais e cidades do interior) compõem, em sua norma lexical, traços de variedades em transição (espaço rural e urbano) e, ao mesmo tempo, um léxico difuso, em decorrência de inúmeros fatores, sobretudo do processo de industrialização, migração e desenvolvimento tardio, dado após a segunda metade do século XX.

Já em espaços situados como de natureza, onde se encontram as comunidades tradicionais, percebe-se que a norma lexical é formada por traços lexicais focalizados e, ao mesmo tempo, um léxico difuso. Mediante essas considerações, na próxima seção, será tratado um pouco mais sobre o contínuo lexical no português amazônico, especificamente o caso do *'gambá'* (ou *'mucura'*) nos territórios do Amapá e do Tocantins, a fim de estruturar a proposta analítica da variação linguística dessas regiões e ampliar a linha argumentativa a respeito da presença de um contínuo lexical.

3 INDÍCIOS DO CONTÍNUO LEXICAL NO PORTUGUÊS AMAZÔNICO: O TOCANTINS E O AMAPÁ

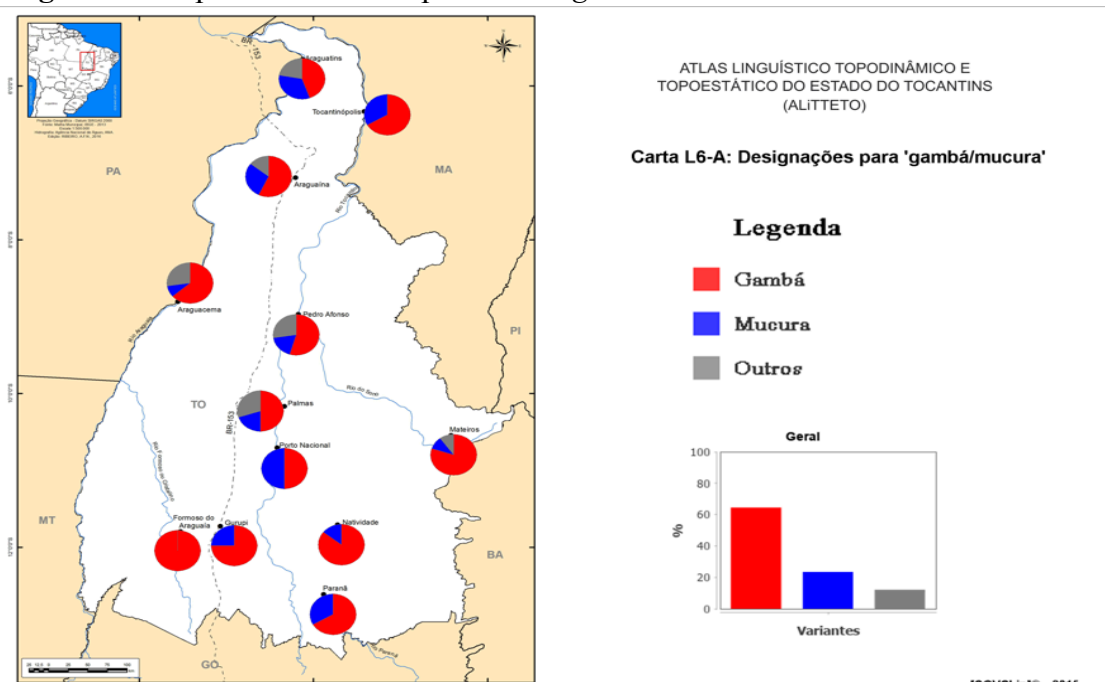
Para demonstrar como as variantes lexicais se dispõem no contínuo do português amazônico, ora como léxico focalizado (descontínuo), ora como léxico difuso (contínuo), essa pesquisa partiu de trabalhos que compartilham o mesmo método de pesquisa, a Geolinguística, isto é, apresentam ao público dados lexicais que podem ser intra e/ou intercomparados. Neste caso, o item lexical que possibilita esse processo diz respeito às denominações para *'gambá'*, léxico comum mapeado e descrito nas pesquisas dialetais do Tocantins e do Amapá. Sobre o caso tocantinense, os dados em voga dizem respeito à coleta realizada no ano de 2015 para efetivar a tese de doutorado *Atlas Linguístico Topodinâmico e Topoestático do Tocantins (ALiTTeTO)* (Silva, 2018). Foram entrevistados 96 informantes, distribuídos entre 12 localidades e agrupados pelas seguintes variáveis: sexo, idade (duas faixas etárias - 18 a 30 anos e entre 50 e 65 anos) e tipo de mobilidade (topoestáticos: nascidos e estabelecidos na localidade pesquisada; e topodinâmicos: informantes migrantes ou procedentes de deslocamentos, mas que habitem a localidade há mais de dez anos). Como é comum na prática da Dialectologia, foram aplicados questionários semiestruturados a todos os informantes.

Assim, trabalhou-se com as respostas obtidas por meio da indagação de número 53: Como se chama o bicho que solta um cheiro ruim quando se sente ameaçado? Ao todo, foram auferidas 107 respostas, com as seguintes formas, em ordem de produtividade: *'gambá'* (64,5%), *'mucura'* (23,4%) e outras formas somam 12,1%. Nove informantes não souberam responder ao questionamento, todas do sexo feminino. Sinopticamente, na carta linguística publicada, foram mapeadas quatro formas mais produtivas. No entanto, serão descritas, ao propósito deste artigo,

⁶ As variantes padrão são, “grosso modo, as que pertencem às variedades prescritas nos manuais de norma padrão; já as variantes não padrão costumam se afastar dessas variedades” (Coelho *et al.*, 2015, p. 18).

apenas as duas mais latentes: ‘gambá’, representando o léxico difuso, a forma escolarizada, padrão do português brasileiro, e ‘mucura’, representando o léxico focalizado, a forma regional.

Figura 2 - Mapeamento lexical para o item *gambá* no Tocantins



Fonte: Silva (2018, p. 363).

Como se observa na Figura 2, a forma predominante ‘gambá’, marcada na cor vermelha, foi produzida em todo o Tocantins, com ocorrências acima dos 40%; na cidade de Formoso do Araguaia, por exemplo, foi auferida de forma categórica. A entrada de ‘gambá’ está dicionarizada como tupimismo no dicionário Houaiss (2009), mas de origem controversa; o dicionarista cita que a descrição provém de *gã’bá* ('seio oco') ou do tupi ‘*gua*’ ('seio', 'ventre') + ‘*ambá*’ = ('vazio', 'oco'). ‘Gambá’ é predominante também nos dados do Atlas Linguístico do Brasil, especificamente na região Centro-Oeste (Silva-Costa; Isquierdo, 2012), espaço limítrofe ao Tocantins, com percentuais acima dos 88%⁷. No entanto, quando se adentram especificamente os espaços mais ao norte, nota-se que ‘gambá’ concorre com ‘mucura’, a segunda variante (23,4%), sendo registrada em todo o Tocantins e, assim como o ‘gambá’, sua distribuição areal, presente na carta L06, foi contígua. Houaiss (2009) apresenta o termo como sinônimo para ‘gambá’ e como regionalismo da Amazônia, informação também assinalada em Silva-Costa e Isquierdo (2012) em estudo sobre as variantes para o animal marsupial no Centro-Oeste. Segundo as autoras, ‘mucura’ foi coletada em Mato Grosso, na cidade de Aripuanã, e em Goiás, em Porangatu, apontando “para a confirmação de uma possível isoglossa⁸ [...] uma vez que Aripuanã/MT fica no extremo norte de Mato Grosso, próxima ao Estado do Amazonas, e Porangatu/GO faz fronteira com o Estado de Tocantins” (Silva-Costa; Isquierdo, 2012, p. 785).

Em Guedes (2012), especificamente com dados do estado do Pará, ‘mucura’ é predominante e apenas concorre com o ‘gambá’ em duas localidades próximas ao estado do Tocantins. Portanto, a presença da ‘mucura’ em nossos dados, corroborada por Guedes (2012) e Silva-Costa e Isquierdo (2012), indica tratar-se de uma variante nortista que, possivelmente, tem se espalhado para outras regiões brasileiras, embora a forma ‘gambá’ permaneça consistentemente disposta. Sobre as variáveis extralinguísticas, todos os informantes entrevistados mantiveram índices semelhantes de variantes, exceto a segunda geração (50-65 anos), com a citação de ‘mucura’, o dobro da apresentada pelos jovens. Além disso, os jovens são os que mais registraram

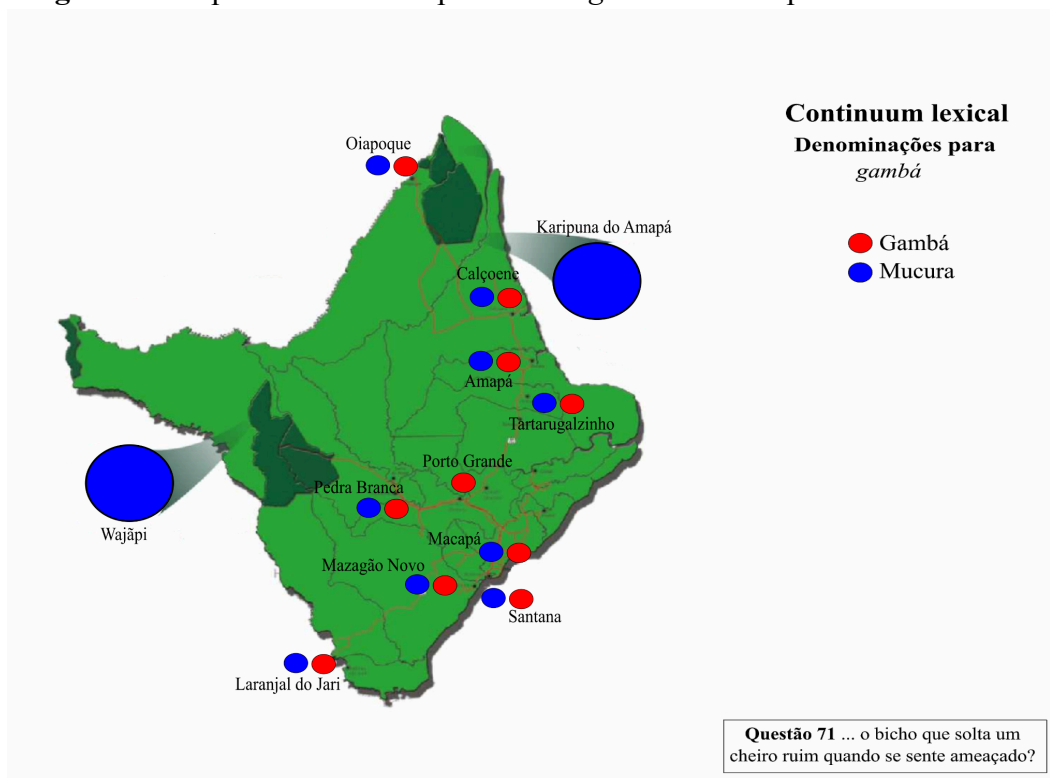
⁷ Silva-Costa e Isquierdo apresentarão a cartografia para o item em questão para o volume nº 4 do *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB) contendo os dados das capitais.

⁸ Linha imaginária traçada em um mapa que demarca áreas geográficas onde diferentes variantes linguísticas são usadas.

a unidade ‘gambá’, entendida aqui como a outra extremidade do contínuo, o traço difuso, a forma pertencente à variedade do português padrão. Agora, será apresentada a análise no estado do Amapá, a partir da referência de dados lexicais extraídos de três trabalhos de natureza geolinguística sobre o português falado no estado do Amapá, a saber: o *Atlas Linguístico do Amapá* (ALAP) (Razky; Ribeiro; Sanches, 2017), o *Mapeamento lexical Mapeamento lexical do Português falado pelos Wajãpi no Estado do Amapá* (Rodrigues, 2017) e o *Atlas Linguístico dos Karipuna do Amapá* (Sanches, 2020).

O ALAP apresenta 16 mapas fonéticos e 73 lexicais do português falado em dez localidades do estado (Macapá, Santana, Mazagão Velho, Laranjal do Jari, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Tartarugalzinho, Amapá, Calçoene e Oiapoque). Para constituição do atlas foram entrevistados, entre 2011 a 2013, 40 amapaenses, homens e mulheres com Ensino Fundamental ou Médio incompleto, divididos em dois grupos etários (A: 18-30 anos; B: 50-75 anos). No que tange ao *Mapeamento lexical Mapeamento lexical do Português falado pelos Wajãpi no Estado do Amapá*, foram realizadas 20 entrevistas, em 2016, com indígenas Wajãpi, pertencentes a cinco aldeias (Aramirã, Pairakae, CTA, Mariry e Kurani'lyty), homens e mulheres não alfabetizados ou alfabetizados até a 8ª série do Ensino Fundamental, na faixa etária entre 18-30 anos e 40-70 anos. Por fim, para o *Atlas Linguístico dos Karipuna do Amapá*, foram entrevistados, entre 2017 e 2018, 36 indígenas Karipuna (falantes de português e kheuól), pertencentes a nove aldeias, com o seguinte perfil: homens e mulheres da primeira geração (18-30 anos) e da segunda geração (acima de 50 anos). A partir dos dados lexicais levantados nos trabalhos supracitados, foi possível agrupar informações sobre o uso das variantes ‘gambá’ e ‘mucura’ presentes no português falado no Amapá, conforme Figura 3:

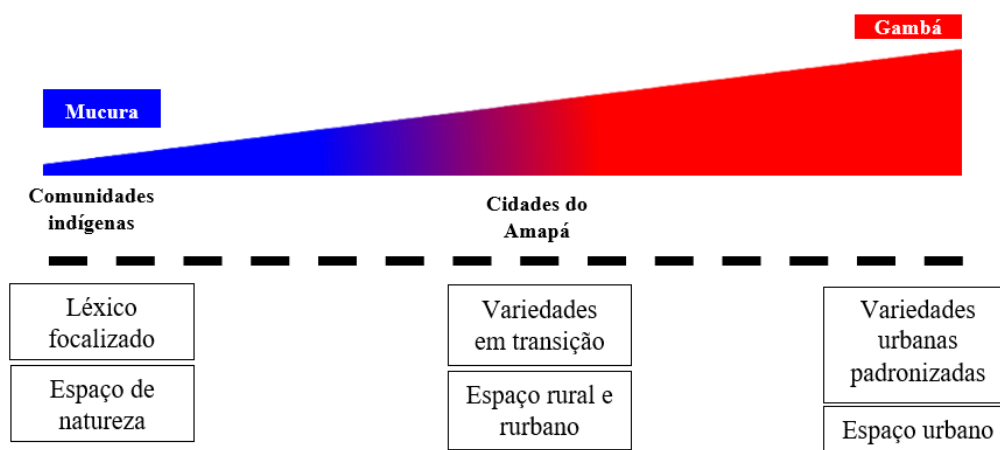
Figura 3 - Mapeamento lexical para o item *gambá* no Amapá



Fonte: Elaborada pelos autores.

Para leitura da Figura 3, foi inserida a cor vermelha para destacar o uso da variante ‘gambá’ e a cor azul para a variante ‘mucura’. O mapa também indica, com círculos menores, as localidades pesquisadas no ALAP e, com círculos maiores, as comunidades tradicionais (indígenas). Os dados do ALAP mostram que a maioria dos amapaenses residentes em cidades urbanas tende a usar ‘gambá’, como variante predominante, e ‘mucura’, como variante secundária, a primeira com 67% de uso e a segunda com 33%. Já nas comunidades indígenas (Wajãpi e Karipuna do Amapá) destaca-se o uso categórico de ‘mucura’, sem a presença da variante ‘gambá’. Com base nisso, a configuração de um contínuo lexical para o item gambá se apresenta da seguinte forma, como ilustra a Figura 4:

Figura 4 - Contínuo lexical para gambá



Fonte: Elaborada pelos autores.

Na extremidade à esquerda do contínuo, destaca-se o léxico focalizado ‘mucura’, presente de forma categórica nas comunidades indígenas do Amapá, marcando esse português indígena com traços descontínuos, pois não houve registro da variante ‘gambá’. Já nas cidades interioranas e na capital do Amapá há a presença das duas variantes, com foco maior no uso do léxico difuso que é ‘gambá’, como traço de variedades em transição. Nossa hipótese consiste na pressuposição de que as comunidades indígenas falantes de português Wajãpi e Karipuna do Amapá, por estarem mais afastadas de áreas urbanas e por não haver contato constante com a variedade padrão do português urbano, tendem a adotar um léxico mais focalizado, enquanto os amapaenses que vivem espaços rurais e rurbanos têm assumido cada vez mais um léxico difuso e padronizado, sobretudo em decorrência do processo de escolarização. Esse mesmo cenário se repete no estado do Tocantins, em que a variante ‘gambá’ se sobressai em relação à variante ‘mucura’. Um outro aspecto importante que merece destaque diz respeito ao grupo social que tende a usar ‘mucura’, tanto no ALAP como no ALiTTETO: esse uso predomina na fala de informantes da segunda geração, acima de 50 anos.

Isso mostra que a variante ‘gambá’ tem sido usada constantemente pela primeira geração (18-30 anos), e que esse léxico tenha sido institucionalizado e propagado como variante padrão pelas mídias analógicas (rádio, televisão, jornais, revistas etc.) e digitais (smartphone, computador, websites, redes sociais etc.), sobretudo nos ambientes escolares com a distribuição de manuais didáticos e dicionários adotados para ensinar português padrão nas escolas brasileiras. Partindo da hipótese inicial de que as localidades amazônicas/nortistas possuem características de um português rurbano, cabem algumas considerações com base nos elementos aqui mobilizados,

sobretudo os sociodemográficos aliados às atividades econômicas, responsáveis por fornecer a tônica aos movimentos migratórios. O espaço amazônico sempre foi marcado por baixa densidade populacional, em um ambiente de grandes extensões territoriais, abrangendo 60% do território brasileiro, fazendo com que seus núcleos populacionais fossem marcados pela dispersão e certo isolamento geoespacial. Assim, quanto mais isolada se constitui uma comunidade, maior a possibilidade da manutenção de um léxico focalizado, com características regionais e rurais, tanto quanto se demonstrou pela categórica ocorrência de ‘mucura’ nas comunidades indígenas.

Por outro lado, ainda na tônica das atividades econômicas como fator impulsionador de urbanização, e das conseqüentes mudanças difusas no léxico, a partir da segunda metade do século XX, os programas governamentais impulsionaram a economia na Amazônia Legal, o que atraiu levadas de migrantes para esta região em busca de novas oportunidades, criando centros com características urbanas. Aliado a esse fato, é muito comum a ocorrência de deslocamentos internos das populações em busca deste ‘progresso’, ou seja, antigos moradores das áreas rurais migram para os centros mais desenvolvidos em busca de melhores condições de sobrevivência. É nesse contexto que se processam os contatos intervaretales, dando origem a um léxico com tendência rurbana, ou seja, uma mescla de traços focalizados (‘mucura’) e difusos (‘gambá’), como se observou nos atlas estaduais ALAP e ALITTETO.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pequena descrição dos veios sociológicos e demográficos no contexto da Amazônia Legal, partimos da hipótese de que a região apresenta características de um contínuo lexical, com tendência rurbana, ou seja, tendência à hibridização linguística, cujo falante conhece as duas pontas do espectro. Pela análise, mostrou-se que em uma ponta, encontra-se o uso de ‘gambá’, variante escolarizada, com tendência normativa no Brasil, forma usada nos livros didáticos, nos meios de comunicação; e, na outra ponta, encontra-se ‘mucura’, variante regional, com forte tendência de uso em zonas rurais e em comunidades tradicionais. Algumas explicações podem ser apontadas, como o crescimento desordenado, sobretudo em meados do século XX, a partir dos Programas governamentais, fez com que a região que antes abrigava menos de dois milhões de pessoas, triplicasse seu contingente, chegando a seis milhões de pessoas, inchando os centros urbanos.

Ainda, nesse efetivo, é marca do ‘progresso’ os deslocamentos internos, ou seja, populações que antes moravam em áreas rurais, se deslocaram para centros com maiores índices de urbanização. A partir dos postulados de Bortoni-Ricardo (2004), buscamos complementar a proposta de contínuo de urbanização com a nova classificação do IBGE (2023), que distingue os espaços territoriais do Brasil em rural, urbano e de natureza. A inclusão da categoria ‘natureza’ abrange espaços naturais como florestas, mangues e rios, que não podem ser simplesmente categorizados como rurais, aqui representados pelas comunidades indígenas. Assim, na extremidade do contínuo, destaca-se o léxico focalizado ‘mucura’, presente de forma categórica nas comunidades indígenas do Amapá, sem registros da variante ‘gambá’. Já nas cidades interioranas e na capital do Amapá, ambas as variantes estão presentes, com um uso maior de gambá como léxico difuso, indicando variedades em transição.

No Tocantins a situação é semelhante, uma vez que ambas as formas são auferidas, embora com predomínio de *gambá*, sobretudo pela geração mais jovens (18 a 30 anos). É certo que esta pesquisa será ampliada com foco na verificação de outros itens lexicais para confirmação de nossa hipótese.

Por fim, acreditamos que no contexto amazônico os falantes tendem a preservar o léxico focalizado em comunidades isoladas ou em espaços da natureza. Já nas capitais e cidades interioranas do Norte, por meio dos contatos intervaretales, os falantes tendem a preservar um léxico rurbano que mescla traços focalizados e difusos, como observado nos atlas estaduais. Esse

cenário sustenta, por ora, o conceito de “contínuo lexical” de modo a compreender o comportamento sincrônico do léxico no português amazônico, destacando a forte influência de fatores geográficos, históricos e sociais. Cabe mencionar ainda que esse modelo instiga a área da Sociolinguística e da Dialetoлогия, em âmbito brasileiro, a revisitar conceitos e teorias preestabelecidas, direcionando nova perspectiva para a recente categorização de áreas na Amazônia publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

REFERÊNCIAS

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Migrações e contatos linguísticos na perspectiva da Geolinguística Pluridimensional e Contatual. *Revista de Letras Norte@mentos*, Sinop, MT, v. 6, n. 12, p. 31-52, jul./dez. 2013. DOI: <https://doi.org/10.30681/rln.v6i12.6876>

ANDRADE, Rosemary Ferreira. *Migração no Amapá: projeção espacial num contexto de crescimento populacional*. Belém: NAEA, 2005.

BAGNO, Marcos. *Dicionário crítico de sociolinguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BERRUTO, Gaetano. Identifying dimensions of a linguistic variation in a language space. In: AUER, Peter; SCHMIDT, Jürgen Erich (ed.). *Language and space: an international handbook of linguistic variation. Theories and methods*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1515/9783110220278>

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL, Marília Carvalho. Os fluxos migratórios na região norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória. *Caderno de Estudos Sociais*, Recife, v. 13, p. 61-84, jan./jun. 1997.

BRITO, Fausto. Brasil, final do século: a transição para um novo padrão migratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu, MG. *Anais [...]*. Caxambu: ABEP, 2000. v. 1, p. 1-44.

CAVALCANTE, Ivana; KIMURA, Simone. Mapeamento do patrimônio cultural do estado do Tocantins. In: CAVALCANTE, Ivana; KIMURA, Simone (org.). *Vivências e sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins*. Goiânia: Iphan, 2008. p. 90-159.

COELHO, Izete L.; GÖRSKI, Edair M.; SOUZA, Cezarina Maria Nobre de; MAY, G. H. *Para conhecer Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.

GUEDES, Regis José da Cunha. *Estudo geossociolinguístico da variação lexical na zona rural do estado do Pará*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2012.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss eletrônico*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss: Objetiva, 2009.

IBGE. Coordenação de Geografia. *Proposta metodológica para classificação dos espaços do rural, do urbano e da natureza no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102019>. Acesso em 27 jun. 2024.

IBGE. Estados. *Tocantins*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>. Acesso em: 20 out. 2017.

IBGE. *Metodologia do censo demográfico de 2010*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Acompanha 1 CD-ROM. (Série relatórios metodológicos, v. 41).

JAKOB, Alberto Augusto Eichman. A migração internacional recente na Amazônia brasileira. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, DF, v. 23, n. 45, p. 249-271, jul./dec. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/JVQM3sggXyBWrrf8jxX4CPh/?lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2024.

NÚMERO de novos imigrantes cresce 24,4% no Brasil em dez anos. *Agência Brasil*, Brasília, 7 dez. 2021. Geral. Notícia. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-12/numero-de-novos-imigrantes-cresce-244-no-brasil-em-dez-anos>. Acesso em: 24 jun. 2024.

NUNES FILHO, Edinaldo Pinheiro. Formação histórica, econômica, social, política e cultural do Amapá: descrição e análise do processo de formação histórica do Amapá. In: OLIVEIRA, Augusto; RODRIGUES, Randolfe (org.). *Amazônia, Amapá: escritos de história*. Belém: Paka-Tatu, 2009. p. 211-234.

RAMALHO, Hilton Martins de Brito; FIGUEIREDO, Erik Alencar de; SILVA NETTO JÚNIOR, José Luís da. Determinantes das migrações interestaduais no Brasil: evidências a partir de um modelo gravitacional. *Pesquisa e planejamento econômico*, Rio de Janeiro, RJ, v. 46, n. 1, abr. 2016.

RAZKY, Abdelhak; RIBEIRO, Celeste Maria da Rocha; SANCHES, Romário Duarte. *Atlas linguístico do Amapá*. São Paulo: Labrador, 2017.

RAZKY, Abdelhak; SANCHES, Romário Duarte. Variação geossocial do item lexical riacho/córrego nas capitais brasileiras. *Gragoatá*, Niterói, RJ, n. 40, p. 70-89, 2016.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Maria Doraci Guedes. *Mapeamento lexical do português falado pelos Wajãpi no estado do Amapá: uma abordagem geossociolinguística*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Pará, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10235>. Acesso em: 22 jun. 2024.

SANCHES, Romário Duarte; RAZKY, Abdelhak. Análise geossociolinguística das designações para fanhoso nas capitais brasileiras. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/4NH4NzT46FHNHLXXh8c68Kt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2024.

SANCHES, Romário Duarte. *Atlas linguísticos dos Karipuna do Amapá*. Rio Branco: NEPAN, 2020.

SILVA, Greize Alves da. *Atlas linguístico topodinâmico e topoestático do Estado do Tocantins* (ALITTETO). 2018. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, PR, Londrina, 2018. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000218332>. Acesso em: 22 jun. 2024.

SILVA, Greize Alves da; BORGES, Patrícia Andréa. Presença vs ausência de traços de ruralidade no léxico tocantinense. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 72, p. 83–105, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/157030>. Acesso em: 27 jun. 2024.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira; MARQUES, Renato de Oliveira. O papel das cidades-gêmeas da região norte brasileira na articulação do comércio exterior. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, MG, v. 30, n. 60, 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/20743>. Acesso em: 15 maio 2024.

SILVA-COSTA, Daniela de Souza; ISQUERDO, Aparecida Negri. Um estudo etnolinguístico de designativos para “gambá” no Brasil Central: contribuições do Projeto ALiB. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 779-792, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1196>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. v. 2, p. 111-130. (Geografia em movimento).

TRUDGILL, Peter; HERNÁNDEZ COMPOY, Juan M. *Diccionario de sociolingüística*. Madrid: Gredos Editorial, 2007.